



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 17/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: ÚNICA – UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

() agente econômico
() consumidor ou usuário

(X) representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
3º, Parágrafo único	Garantir ao agente econômico a possibilidade de esclarecer dúvidas da fiscalização, bem como responder a questionamentos.	A medida evitará processos administrativos desnecessários, com economia de custos para os agentes econômicos e a litigiosidade.
6º	Fixar contagem de prazo em dias úteis.	É uma antiga reivindicação que foi consagrada pelo Novo Código de Processo Civil.
6º	Estabelecer necessidade de fiscalização prévia antes da lavratura de auto de infração.	A medida evitará processos administrativos desnecessários, com economia de custos para os agentes econômicos e a litigiosidade.
9º	Inserir inciso que garanta ao agente econômico que os fatos e argumentos jurídicos levados ao conhecimento das autoridades serão considerados no próprio despacho.	A determinação garantirá uma definição justa e equânime da sequência de atos processuais.
16	Inserir parágrafo único que garanta ao agente econômico prazo para esclarecimentos ou produção de provas antes de encerrada fase de instrução.	A medida garantirá o exercício da ampla defesa e contraditório, sem trazer prejuízos à Agência Reguladora/

18	Estabelecer que a penalidade de multa poderá ser parcelada em caso de primeira autuação.	Reforçará o caráter pedagógico da fiscalização para o agente econômico.
18	Estabelecer a que a penalidade seja relevada, no caso de ocorrerem duas condições: (i) agente econômico comprovar cumprimento espontâneo da obrigação / correção de irregularidade e (ii) não se tratar de reincidência.	Reforçará o caráter pedagógico da fiscalização para o agente econômico.
18, Parágrafo único	Suprimir do parágrafo único o trecho “antes do início da ação de fiscalização ou da ciência desta” para “antes da ciência do início da ação de fiscalização”.	A previsão garantirá segurança jurídica.
19	Estabelecer que a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações de mesma natureza e definitivas no exercício de atividade regulada em julgamento (reincidência).	A previsão garantirá o exercício da ampla defesa e contraditório, sem trazer prejuízos à Agência Reguladora.
23	Fixar para 15 dias o prazo de resposta da autuação pelo agente econômico.	O prazo de 10 dias é exíguo. 15 dias será um prazo mais adequado para garantir o exercício da ampla defesa e contraditório, sem trazer prejuízos à Agência Reguladora.
24	Estabelecer como momento exato para recolhimento da parte incontroverso como o último dia do prazo para interposição do recurso.	A previsão garantirá segurança jurídica e punição justa.
27	Inserir inciso que garanta ao agente econômico que os fatos e argumentos jurídicos levados ao conhecimento das autoridades serão considerados no juízo de reconsideração.	A determinação garantirá uma definição justa e equânime da sequência de atos processuais.
27	Inserir parágrafo que atribua efeito suspensivo a todos os recursos previstos na Resolução.	A medida garantirá segurança jurídica e estabilidade na relação do agente econômico com agência reguladora.
29	Inserir parágrafo que disponha que na análise da proposta de ação, a Diretoria da ANP poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.	A medida evitará processos administrativos desnecessários, com economia de custos para os agentes econômicos e a litigiosidade.
29	Inserir parágrafo que permite recurso contra a decisão que permite proposta de ação.	A medida evitará processos administrativos desnecessários, com economia de custos para os agentes econômicos e a litigiosidade.
29	Inserir parágrafo que garanta análise direta e objetiva dos argumentos do agente econômico.	A medida garantirá o exercício da ampla defesa e contraditório, sem trazer prejuízos à Agência Reguladora.

34	Manter a redação sugerida.	Atende as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
----	----------------------------	---

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *consultaprocessosancionador@anp.gov.br* ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.